

PEDRO PEZARAT CORREIA *

UMA PERSPECTIVA SOBRE A DESCOLONIZAÇÃO

1. NOTA PRÉVIA

A minha abordagem deste tema neste colóquio, inicialmente não programada, constitui um recurso, que me prontifiquei a assumir, pelo facto de o convidado previsto ter sido impossibilitado, à última hora, de o apresentar, por motivo de doença.

Ela não resulta, assim, duma planificação por mim estabelecida, porquanto me submeti aos pontos que tinham sido acordados entre os coordenadores do colóquio e o meu camarada Vítor Alves — era ele o convidado — se bem que tratando-os numa óptica de minha exclusiva responsabilidade.

E não pôde resultar também dum trabalho mais profundo, como desejaria, dado que só na véspera da sua apresentação me foi sugerido o preenchimento daquela lacuna inopinada.

Este texto escrito não é mais, pelas razões expostas, do que o tratamento um pouco mais cuidado e desenvolvido da comunicação oral, quase de improviso, que apresentei, procurando respeitar o articulado e o essencial das ideias nela expressas.

2. OS MILITARES ENQUANTO PROTAGONISTAS DA GUERRA COLONIAL E DO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

É natural e logicamente compreensível, que quando se aborda o problema da descolonização portuguesa, se lhe associe de imediato a guerra colonial.

* Brigadeiro.

De facto, não só a última fase da colonização portuguesa foi dramaticamente caracterizada pela guerra em três frentes, como a forma como a descolonização decorreu foi a consequência natural dessa guerra e da rotura violenta do processo político português, que criaria as condições para o seu termo.

Mas essa associação lógica arrasta, frequentemente, deduções distorcidas. E uma dessas distorções tem a ver com as responsabilidades da guerra colonial.

Analisada «a posteriori», depois do 25 de Abril, a problemática da guerra colonial, e talvez sob a influência do papel cimeiro que os militares vieram a ter nos acordos de cessar-fogo e no processo da descolonização, há uma tendência simplista para também atribuir aos militares as responsabilidades pela guerra. E aqui reflectem-se, afinal, os equívocos de não se conhecer, ou de se esquecer, a «fórmula clausewitziana» que define a guerra como a continuação da política por outros meios. Daí, que os verdadeiros protagonistas da guerra sejam os detentores do poder político, e esses protagonistas só serão os militares, na medida em que eles liderem o processo político que desencadeou e sustenta a guerra.

Ora, não creio que esse fosse o caso português durante o salazarismo-marcelismo, entre 1961 e o derrube da ditadura em 1974.

É certo que houve militares influentes no poder durante esse período, mas não enquanto elementos dum aparelho militar instalado no poder — que não o estava — antes identificados com os interesses e métodos da oligarquia político-económica dominante. Foram agentes de que esse poder se serviu para utilizar a instituição militar — como utilizadas foram também outras instituições, nomeadamente a justiça, a igreja, o ensino, a comunicação social, etc. — quer na repressão ao povo português, quer na repressão colonial.

Os militares foram o instrumento fundamental — que não o único — da guerra colonial, mas não os seus protagonistas. E de tal maneira isto se me afigura uma realidade, que penso que a guerra só foi possível até os próprios militares tomarem consciência dessa instrumentalização. Tendo sido a guerra, pela sua violência, pelos sacrifícios que impunha, mas também pelo progressivo desvendar dos interesses que servia, o acelerador da consciencialização dos militares, a verdade é que estes, no decurso dessa maturação, vieram a identificar as contradições coloniais com aquelas que vigoravam no seu próprio país.

Foi assim crescendo entre os militares, ultrapassados os primeiros anos da guerra, a convicção de que a sua solução teria de ser política e não militar. Por isso o problema da guerra

viria a ser resolvido, não pela vitória ou pela derrota dos militares nos campos de batalha, mas pela derrota dos políticos, os seus verdadeiros protagonistas, nas instâncias do poder.

Os militares, esses protagonizaram a vitória sobre os políticos e depois, pela liderança que, então sim, assumiram como novo poder, vieram a ser também os protagonistas da paz e do processo de descolonização.

O papel destacado dos militares nos passos que conduziram aos acordos de cessar-fogo nos vários teatros de guerra, impôs-se naturalmente, como que por força das circunstâncias.

Em primeiro lugar pelo prestígio e pelo ascendente que o próprio 25 de Abril, levado a cabo por militares, lhes conferiu.

Em segundo lugar porque, sendo eles que vinham combatendo no terreno, eram os mais sensibilizados para o problema duma guerra de que não descortinavam o sentido e, por isso, os mais interessados na obtenção da paz.

Depois porque, através da guerra, os militares haviam estabelecido como um espaço indefinido de contacto psicológico com os movimentos de libertação, uma afinidade na adversidade, pelo que quando as oportunidades de diálogo surgiram, foram eles os interlocutores naturais que os guerrilheiros procuravam, o caminho mais directo para entendimentos tácitos de cessar-fogo, que também avidamente desejavam.

Por último porque, quando aos olhos dos dirigentes dos movimentos de libertação se desenhava com pouca nitidez a correlação de forças nas várias instâncias do poder em Portugal, eram os militares quem lhes merecia maior confiança e se lhes apresentava com maior legitimidade.

É certo que houve também iniciativas de individualidades civis, quer através de estruturas partidárias, quer enquanto membros dos governos provisórios, mas na prática, os acordos tácitos de cessar-fogo que sempre precederam os acordos formais que vieram a ser assinados, foram liderados por militares, ainda que em alguns casos contassem com a colaboração de políticos civis.

Recorde-se a propósito, que os primeiros contactos com movimentos de libertação foram conduzidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do 1.º Governo Provisório, em Maio/Junho de 1974, primeiro em Londres e Argel com o PAIGC, depois em Lusaka com a FRELIMO, mas vieram a resultar em impasses, enquanto no terreno, militares portugueses estabeleciam «de facto» situações de cessar-fogo com guerrilheiros do PAIGC.

Em Moçambique, aquele impasse só veio a ser ultrapassado em princípios de Agosto de 1974, em Dar-es-Salam, em conversa-

ções entre dirigentes da FRELIMO e uma delegação portuguesa liderada por um ministro, militar do MFA. E em Angola, os contactos de cessar-fogo deram resultados imediatos, a partir de encontros com a UNITA, em Junho de 1974 e, mais tarde, com a FNLA e o MPLA, em Outubro do mesmo ano, cujas delegações portuguesas foram sempre lideradas e maioritariamente constituídas por militares.

Nos vários processos de descolonização que se seguiram aos acordos de cessar-fogo, também a protagonização coube sempre a militares, figuras destacadas do MFA. Assim foi na definição das estratégias a seguir, com o papel decisivo do Presidente da República, dos ministros militares, dos Altos Comissários e das comissões do MFA nas várias colónias. Como foi também nos contactos com os dirigentes dos movimentos, no interior ou no exterior das colónias, ou ainda nas comissões que participaram nas sessões de trabalho e nas assinaturas dos acordos para as independências.

Repare-se, como aspecto decisivo e ilustrativo do que venho afirmando, que a partir da publicação da Lei Constitucional 7/74 e do discurso do Presidente da República de 27 de Julho de 1974, que reconheceu pela primeira vez o direito das colónias à independência, todos os Governadores e Altos Comissários nomeados foram militares, localmente apoiados por equipas de elementos influentes do MFA.

As razões que determinaram esta protagonização dos militares, não diferem muito daquelas que estiveram na origem da sua liderança nos acordos de cessar-fogo.

Mas há um aspecto que lhes deve ser acrescentado e que tem a ver com o facto de serem os próprios políticos civis a não mostrarem vocação, nem apetência, para se empenharem decisivamente nestes problemas, como que «largando-os» para que fossem os militares a assumirem as responsabilidades.

Desenvolveremos estas considerações no número seguinte.

3. AS RELAÇÕES ENTRE MILITARES E CIVIS NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

É óbvio que não são as relações individuais que aqui vou analisar. Essas, houve-as de todos os géneros e para todos os gostos, de parte a parte, boas e más, colaborantes e bloqueadoras, leais e desleais, desinteressadas e oportunistas. O que interessa, no âmbito do título deste número, é deixar uma referência às relações a nível institucional, entre as estruturas militares e as instâncias civis, através dos governos e dos aparelhos partidários.

A nível governamental, quer do governo da República, quer das colónias, quer ainda através dos seus membros que integraram as comissões participantes nas negociações com os movimentos de libertação, creio poder afirmar que dentro daquele espírito geral de aceitação da protagonização dos militares, os elementos civis prestaram sempre uma boa colaboração, muitas vezes decisiva no tratamento de pormenores de natureza técnico-jurídica, económica ou diplomática, e que se inseriram nas estratégias esboçadas, sem bloqueamentos ou desconfianças, em relação ao fundamental das posições portuguesas.

A única excepção — e que por sinal veio a ter consequências graves, que ainda hoje se manifestam — ocorreu nos momentos finais do processo angolano, quando os ministros do PS e do PPD impediram que o 6.º Governo Provisório desse a sua concordância ao Presidente da República para o reconhecimento, no momento oportuno, do Governo do MPLA da República Popular de Angola, chegada formalmente à independência em 11 de Novembro de 1975. Mas este facto, caso claro de sectarismo partidário incapaz de se subordinar a razões de interesse nacional, se bem que com a sua origem ainda no período da descolonização, acabou por se situar e afectar mais a problemática das relações entre estados, do que propriamente aquela.

A nível partidário, atrevo-me a afirmar que nenhum dos partidos se empenhou num apoio decisivo aos militares, no processo de descolonização, apoio que fosse além das palavras e declarações de boas intenções e que se traduzisse em actos concretos de reforço das missões que os militares enfrentavam nas colónias e de combate inequívoco às campanhas de descrédito que lhes eram movidas.

Desde que o 25 de Abril criara expectativas e condições para o termo da guerra, a presença militar nas colónias, exigência que permanecia para assegurar uma transição nas condições mais favoráveis, tinha de ser encarada numa perspectiva inteiramente nova. As missões e as razões de ordem moral situavam-se num quadro novo visando a paz e a liberdade, mas nem por isso deixavam de comportar riscos, inerentes a um ambiente onde subsistiam factores de violência. Isso impunha uma descomplexada campanha de esclarecimento do povo português e de motivação dos nossos militares, justificando os sacrifícios exigidos, campanha em que os partidos podiam, e deviam, ter assumido papel determinante.

Mas nenhum deles foi capaz de assumir declaradamente esse papel e vencer os traumas do colonialismo, que anatematizavam tudo o que se relacionasse com a presença militar nas

colónias. Traumas que não favoreceram a distinção e diferente valoração das tarefas das Forças Armadas, quando comprometidas na guerra colonial, ou quando empenhadas em pôr-lhe termo e colaborar na liquidação do colonialismo.

Mas para além desse pudor em relação a tudo o que envolvesse o problema colonial, estava-se na iminência do primeiro acto eleitoral depois do 25 de Abril e era essa a preocupação dominante dos partidos, não dispostos a comprometerem-se em campanhas que acarretassem custos eleitorais, como pensaram que resultaria dum empenhamento em apoio do esforço militar nas colónias.

Foi assim que a acção deletéria do «slogan» do MRPP «nem mais um soldado para o ultramar», não tendo sido eficazmente combatido, corroeu, enfraqueceu moralmente as tropas entretanto mobilizadas, criou mesmo graves problemas em alguns embarques e afectou profundamente os militares nas colónias, quando mais precisavam de estímulos, enaltecendo o significado e a dignidade da sua missão, tão bruscamente alterada. Com umas Forças Armadas moralmente menos enfraquecidas, estimuladas por um forte suporte da opinião pública apoiada pelas principais forças políticas, que apontasse a descolonização como o maior imperativo nacional do momento, não será arriscado admitir que alguns dos mais complexos problemas que se levantaram, nomeadamente algumas intervenções estrangeiras, tivessem tido soluções diferentes, e que os actuais poderes desses países enfrentassem hoje menos dificuldades.

Alguns aspectos desta análise são também aplicáveis aos movimentos de libertação, para os quais há, sem dúvida, justificações diferentes.

Também estes nem sempre entenderam os apelos que os militares do MFA faziam para que se apercebessem dos prejuízos que resultariam do enfraquecimento do moral das Forças Armadas Portuguesas, que lhes retiraria capacidade para poderem participar eficazmente num processo de pacificação, do qual seriam os movimentos que viriam a recolher os frutos. Só que a generalidade dos movimentos, principalmente até à renúncia de Spínola, desconfiava — e certamente com fartas razões — das pouco claras intenções descolonizadoras do poder em Portugal e, por arrastamento, do seu principal instrumento, as Forças Armadas. E terão concluído que a forma mais segura de inviabilizarem qualquer projecto neocolonial, era provocarem o enfraquecimento do aparelho militar português.

Isso foi tentado, e em parte conseguido, principalmente através dos militares africanos servindo nas nossas fileiras, e que constituíam uma percentagem significativa dos efectivos.

Este enfraquecimento global da operacionalidade do aparelho militar português, na fase crítica da descolonização, acabou por ter consequências dramáticas, particularmente naquelas colónias em que se desenhavam condições favoráveis ao desencadeamento de guerras civis e intervenções estrangeiras.

Não se pretende fazer uma crítica, mas reconhecer uma realidade, e há que reconhecer que era difícil, dum momento para o outro, adquirir um grau de confiança elevado num aparelho militar que durante treze anos tinha sido o inimigo na longa guerra que travaram. Mas essa confiança teria sido decisiva. E a maioria dos militares que haviam feito o 25 de Abril, ou a ele aderido, pela forma como vieram a respeitar os seus compromissos em todo o processo da descolonização, vieram a demonstrar que a teriam justificado.

4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Logo a seguir ao 25 de Abril, quando se começou a tornar claro que a evolução conduziria à independência das colónias, foram surgindo, como cogumelos, agrupamentos, ou pseudo-agrupamentos políticos, invocando a representatividade dos povos das colónias.

Mais ou menos oportunistas na sua grande maioria, representando grupos tribais ou minorias raciais, por vezes nem mesmo isso, alguns fomentados pela metrópole colonial, outros apoiados em países estrangeiros, cada um procurava dar-se a conhecer e multiplicava-se em actividades para tentar demonstrar a sua legitimidade. Na sua grande maioria serviam objectivamente interesses neocoloniais.

Se bem que enfrentando a oposição tenaz de Spínola, que os acolhera como interlocutores privilegiados, o MFA acabou por optar pela única solução honesta e politicamente aceitável, que obviasse o risco de entrar no jogo dos oportunismos.

Considerou — o que creio que só por má fé se poderá contestar — que para negociar o fim da guerra, os únicos interlocutores legítimos eram os movimentos de libertação que tinham combatido o colonialismo pela forma a que este os obrigara — a luta armada. Os acordos de cessar-fogo fazem-se entre quem está em guerra — La Palisse o diria. Não significava aquela opção que só se aceitasse, como única forma legítima de luta política, a luta armada. O que significava era o reconhecimento de que o colonialismo português, impedindo e reprimindo qualquer tentativa de luta pacífica pela independência, empurrara

inelutavelmente as forças que se organizaram para a libertação dos seus países, para a luta armada.

E como o fim da guerra aparecia associado, como condição *sine qua non*, ao reconhecimento do direito à independência, foram também os movimentos de libertação os únicos interlocutores que adquiriram legitimidade para representarem os seus povos nas negociações. E entre estes, não fizemos qualquer discriminação.

A legitimação, ou não, de novos agrupamentos políticos que não tinham conquistado o seu estatuto na luta pela libertação, seria um problema que competiria posteriormente aos países tornados independentes, quando no uso da sua soberania, e nunca ao país colonizador.

Outra opção que não esta, tentando impor que a génese dos novos países correspondesse a modelos perfilhados pelo espaço cultural e geográfico em que se inscreve a metrópole colonial, mais não seria do que uma manifestação etnocêntrica, afinal um típico processo neocolonial. E isto, independentemente de se cuidar da sua duvidosa viabilidade.

Lembre-se a propósito que os próprios bispos portugueses, em Carta Pastoral ao Episcopado Português de Julho de 1974, afirmavam que «Nas sociedades politicamente subdesenvolvidas a democracia é utópica» (subentende-se que se referiam à democracia, na sua concepção cristã).

Esta opção, à partida, não era aplicável às colónias onde não se chegara a registar a luta armada pela independência. No entanto, a única onde viriam a levantar-se dificuldades, por terem aparecido mais do que um agrupamento político, foi em Timor, cuja especificidade será abordada no número seguinte.

5. UMA PRESPECTIVA MILITAR SOBRE UMA DESCOLONIZAÇÃO FALHADA — O CASO DE TIMOR-LESTE

Acerca de Timor — de cuja problemática não disponho de muitos elementos, nem sou particular conhecedor — sabe-se que se apresentava, à partida, como um caso muito especial: pela sua posição geográfica, pelo espaço geo-político em que se inscreve, por nunca se terem declarado activamente movimentos de libertação antes do 25 de Abril.

Ora, logo a seguir à revolução, surgem três associações políticas, completamente díspares nos seus objectivos últimos e nas suas bases de apoio: a que mais tarde veio a denominar-se FRETILIN, advogando a independência total e a curto prazo; a UDT, defendendo um mal definido projecto de integração num

estado federado com países de língua portuguesa, e que veio depois a evoluir para propostas duma independência a longo prazo; a APODETI, optando por uma integração na Indonésia.

Estes agrupamentos, principalmente os dois primeiros, vieram a infiltrar-se entre os elementos naturais que integravam as tropas e forças de segurança portuguesas, dividindo e enfraquecendo as nossas forças armadas e tirando-lhes capacidade para arbitrarem o conflito que veio a declarar-se entre eles, progressivamente agudizado, até dar lugar a uma sangrenta guerra civil.

Os responsáveis portugueses em Timor necessitavam urgentemente de reforços militares, quer para substituir as tropas e forças de segurança naturais, que praticamente haviam deixado de existir, quer para enfrentar a situação cada vez mais grave e em que se desenhava a ameaça de agressão externa. Mas os reforços solicitados à metrópole não seguiam, pelo boicote atrás referido e que a fragilidade da autoridade do estado, num período agudo de indefinição e luta pelo poder, não conseguia ultrapassar.

Isto é, conjugaram-se e somaram-se em Timor três dos aspectos que anteriormente enunciei, como perturbadores dum processo já em si tão complexo, como é uma descolonização decorrente duma rotura institucional na potência colonizadora, enfrentando todas as contradições herdadas do regime derrubado e ainda as que resultam dum período revolucionário e de implantação dum novo regime, à procura de si próprio.

Sobressai, em primeiro lugar, a inexistência de um interlocutor privilegiado e de legitimidade indiscutível, com quem fosse possível dialogar e negociar a passagem de poderes.

Em segundo lugar, a existência de três forças políticas distintas e mesmo antagónicas, incapazes de se entenderem ou de procurarem conciliar grandes linhas de interesse comum, que se lançaram numa luta fratricida que a potência colonizadora não estava, localmente, em condições de enfrentar.

Por último a acção desgastante, na metrópole, de minorias muito reduzidas mas extremamente activas, confundindo, ou antes, fazendo confundir, o reforço militar de Timor, que se impunha para assegurar o controlo da situação, permitindo definir o processo de descolonização e garantir o seu desenvolvimento com as anteriores intervenções no quadro da guerra colonial. Acção que os partidos com maior audiência não souberam, ou não quiseram, neutralizar.

Tudo isto veio a criar as condições que favoreceram a agressão da Indonésia, apoiada e até incentivada por países aliados de Portugal, que aliás têm continuado, na ONU, surdos

a tantos apelos humanitários, inclusivé aos nossos, assunto que, porém, não desenvolverei, por exceder os limites do tema que me foi proposto.

Para finalizar, creio ser legítimo deduzir, que a forma como evoluiu o processo de Timor, com o envolvimento estrangeiro, justificou «a posteriori», a urgência com que os militares portugueses encararam a descolonização, por forma a que as soluções resultassem do entendimento com os interlocutores de legitimidade genuína, e antes que se criassem condições para surgirem novos «actores», exteriores ao binómio Portugal-Colónia, e que imporiam soluções pela força, à qual Portugal não dispunha de meios para se opôr.